

# Latinos ainda divergem sobre forma do acordo

Raul Zamora, da AFP

**Paris** — A maioria dos países latino-americanos pretende entrar num acordo para enfrentar a crise da dívida externa, mas diverge nas fórmulas de um eventual entendimento, segundo uma pesquisa feita pela AFP nas principais capitais da região.

A pesquisa foi feita no México, Colômbia, Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Equador, Costa Rica, Guatemala, El Salvador e Nicarágua.

Um fato notável é que o Chile, que até há pouco tempo insistia em pagar sua dívida a qualquer custo, está disposto a participar da conferência de cúpula latino-americana sobre a dívida, convocada para o próximo dia 21 em Cartagena, na Colômbia.

A Bolívia, que suspendeu os pagamentos em decisão unilateral, continua sendo um caso único. Em nenhuma das capitais da América Latina se fala oficialmente em declarar uma moratória unilateral ou de renegociar globalmente a dívida de toda a região.

O que se pretende é buscar bases comuns para discutir com os credores novos dispositivos que permitam a estes países pagar suas dívidas sem fazer baixar ainda mais o nível de vida do povo nem sacrificar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico.

Em geral, se desconhece a existência ou o teor de projetos técnicos governamentais sobre os eventuais temas a serem discutidos em Cartagena, entre eles os limites das taxas de juros dos empréstimos feitos aos países endividados, percentuais dos ingressos com a exportação que seriam destinados ao serviço da dívida, fixação de novos períodos de carência e prazos para reescalonar os pagamentos do principal e dos juros.

O governo do México, um dos insistentes da convocação de Cartagena, é contra a idéia de um «clubes de devedores» e propõe a coordenação de uma política continental que sirva de base para que cada país negocie bilateralmente suas dívidas. A dívida do México é de 94 bilhões de dólares.

Na Colômbia, a dívida é de apenas 10,9 bilhões de dólares mas ela somou-se por solidariedade aos outros países mais endividados da América Latina. O governo colombiano destina 39 por cento dos ingressos com a exportação para o pagamento de sua dívida.

A Argentina deve 41,45 bilhões de dólares e em Buenos Aires não existem projetos oficiais sobre taxas de juros ou moratória. O governo argentino pede, entre várias disposições do

prazo, um período de carência que varie entre três e cinco anos.

## Opiniões divergentes

A Bolívia, cuja dívida externa é de 5,3 bilhões de dólares, suspendeu seus pagamentos principalmente por causa da pressão sindicalista da Central Operária Boliviana (COB). Em La Paz, falou-se que o país pedirá unilateralmente um limite de 25 por cento em relação aos ingressos com exportações, para o pagamento dos serviços da dívida.

O governo do Uruguai não assumiu uma posição pública sobre a conferência de Cartagena. No setor privado, a opinião é de ceticismo tanto sobre a reunião quanto sobre a possibilidade de impor limites às taxas de juros.

O Chile apoia a conferência de Cartagena e a postura do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), organismo favorável a que o cancelamento anual da dívida não supere os 20 por cento com o ingresso proveniente das exportações.

Sua dívida é e quase 21 bilhões de dólares e este ano destinará 60 por cento ao pagamento dos ingressos, enquanto há 10 anos destinava apenas 11 por cento. Em 1985 e 86, o Chile transferirá todo seu ingresso com exportação para os credores, deixando sem financiamento os programas contra a recessão que, entre outros efeitos, já causou um desemprego que atinge 33 por cento dos trabalhadores e provocou queda de 15 por cento do Produto Nacional Bruto entre 1982 e 83.

No Equador, a dívida é de quase 7 bilhões de dólares. As autoridades, sem adotar posições oficiais, afirmam que a América Latina já definiu qualitativamente sua política na «declaração e plano de ação de Quito» no início deste ano e que, em consequência, em Cartagena terá que aprofundar e concretizar essas exigências.

A Costa Rica, o país mais golpeado da América Central por uma dívida superior a 3,6 bilhões de dólares, considera que deve se buscar uma solução global do problema, mas o governo contrarriquo — como os outros da região — ainda não confirmou sua participação em Cartagena.

O governo da Guatemala pronunciou-se favorável a um bloco latino-americano. El Salvador não tem problemas com a dívida, mas seus dirigentes declaram-se solidários aos países da região. A Nicarágua participará da conferência de Cartagena e acha que a América Latina deve adotar posições de conjunto.

A América Central deve um total de 13 bilhões de dólares. Panamá e Costa Rica devem, cada um 3,5 bilhões. A Nicarágua 3,385 bilhões, Honduras, 1,65 bilhão, Guatemala 1,35 bilhão e El Salvador 1,8 bilhão.